

Diferentes variedades de investimento em agricultura urbana no Zimbábue

As experiências dos projetos de Musikavanhu e no Condado do Lago Kintyre

Shingirayi Mushamba - smushamba@mdpesa.org

Programa de Desenvolvimento Municipal da África Ocidental e da África Meridional

Fotografia: S. Mushamba - lote demonstrativo do Projeto Musikavanhu, em Mabvuku

Introdução

Um fator importante que tem atrasado o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana no Zimbábue é a falta de financiamento adequado - muitas vezes a falta de qualquer financiamento - especialmente provindo do setor formal. Existem duas explicações para essa situação: primeiro que a rápida expansão da agricultura urbana é um fenômeno recente, e segundo que ela ainda mantém uma imagem de atividade ilegal na maioria das cidades. Assim, os recursos que são oferecidos a outros setores, inclusive por ONGs e agências internacionais de desenvolvimento, não costumam contemplar a agricultura urbana e periurbana.



O Zimbábue tem uma economia baseada na agricultura, sendo seu setor agrícola bem desenvolvido. Esse setor está categorizado em cinco níveis: as plantações comerciais de grande, média e pequena escalas; a agricultura comunal; a categoria dos agricultores reassentados (que também podem ser divididos em grandes, médios e pequenos); e a agricultura urbana, que embora considerada como um acréscimo recente às demais categorias, na verdade não é um fenômeno novo.

As áreas cultivadas nas cidades aumentaram mais de 100% desde a independência, em 1980. O último surto de aumento é atribuído ao impacto social do programa de ajuste econômico estrutural (ESAP), introduzido pelo governo no início dos anos 90. Sob as duras condições do ESAP, a agricultura urbana tornou-se uma estratégia de sobrevivência importante para as famílias com poucos recursos.

O uso do espaço urbano para finalidades agrícolas, no Zimbábue, foi classificado em

dois tipos: "no lote" e "fora do lote". O tipo "no lote" é usualmente praticado nas áreas livres da própria residência, quase sempre limitado à produção de hortaliças. Existem três tipos de lotes residenciais nas cidades do Zimbábue, baseados em seu tamanho: os de alta densidade (entre 150 e 300 m²); os de média densidade (entre 300 e 1.000 m²), e os de baixa densidade (mais do que 1.000 m²). As atividades agrícolas "fora do lote" têm lugar em áreas livres reservadas para usos futuros, e ao longo das margens dos rios, represas e reservatórios, ao longo das rodovias e das ferrovias e em suas áreas de serviço, e em morros.

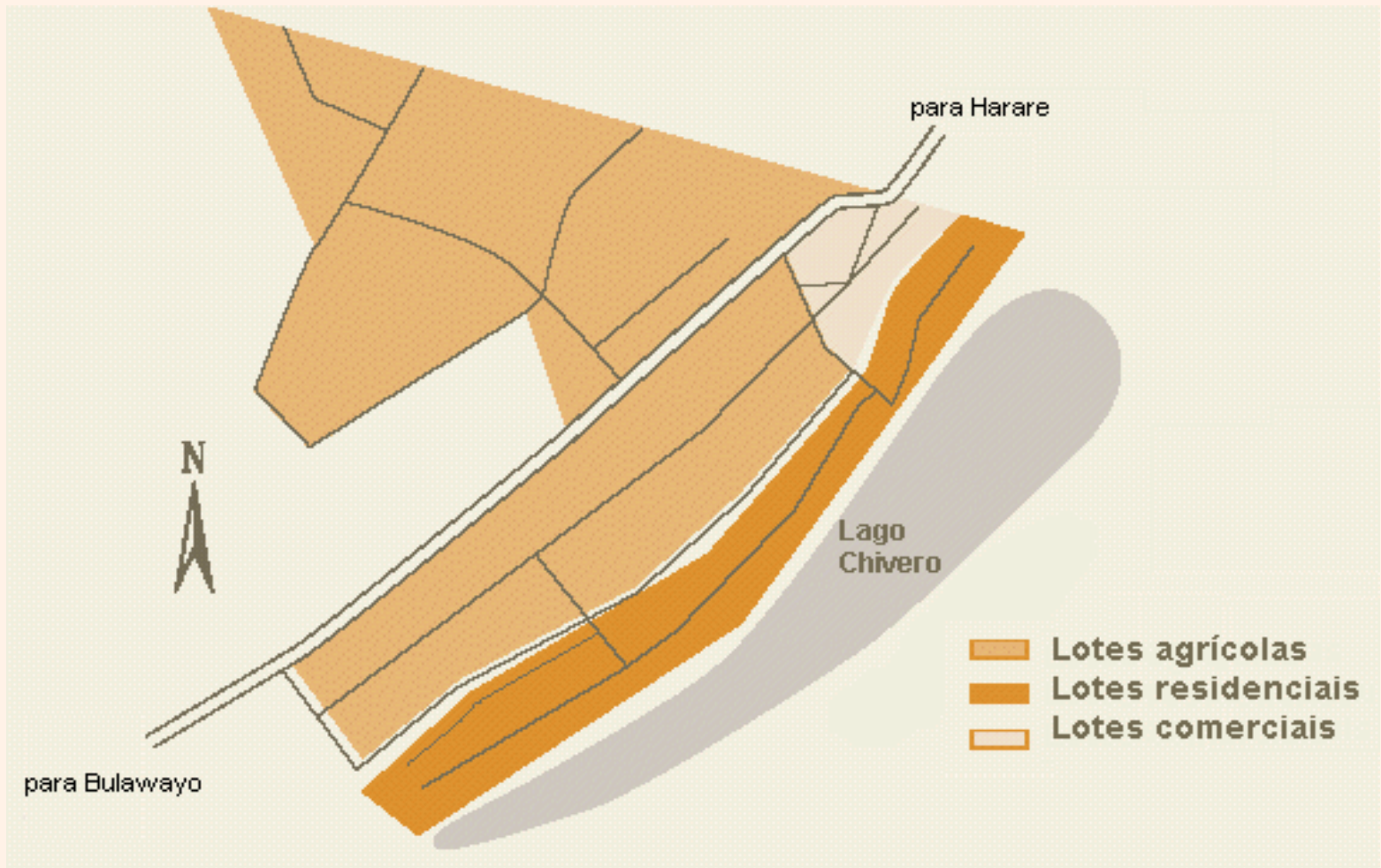
Esses tipos de atividades podem ser legais ou ilegais, dependendo de terem obtido a permissão da autoridade local. Até recentemente, as autoridades locais viam a agricultura urbana como consumidora de grandes áreas de solo urbano, e tendo impactos negativos no meio ambiente e na saúde da população. As autoridades então tentavam reprimir ou impedir o desenvolvimento da atividade, embora hoje essa atitude tenha mudado. Agora as autoridades urbanas locais, com a ajuda de ONGs como o Programa Municipal de Desenvolvimento (MDP) e o Centro de Permacultura Fambidzanai, estão buscando meios para trabalhar em conjunto de modo produtivo com os agricultores urbanos de modo a promover uma agricultura sustentável e benéfica ao meio ambiente.

Agricultores em escala comercial praticam uma agricultura periurbana intensiva e de alto valor nas áreas ao redor da cidade. A produção comunal também é praticada nas áreas periféricas a Harare, como Seke e Domboshawa, que fornecem tomates e outras hortaliças.

Esse artigo baseia-se nas experiências de dois esquemas em Harare: o Projeto Musikavanhu e o Programa de Desenvolvimento do Condado do Lago Kintyre (KLC). O primeiro é um esquema cooperativista já razoavelmente bem estabelecido voltado para as pessoas com poucos recursos, criado em 1998, enquanto que o segundo é um esquema de desenvolvimento imobiliário de iniciativa do setor privado, iniciado em 1999. Os dois fornecem informações úteis para se avaliarem as perspectivas para os financiamentos à agricultura urbana e periurbana praticada por diferentes grupos de renda.

O projeto de Desenvolvimento do Condado do Lago Kintyre (KLC)

Esse projeto, conhecido anteriormente como Incorporações Kintyre, é um projeto de desenvolvimento imobiliário que integra a agricultura urbana a outros usos do solo mais tradicionais. O projeto está situado a 27 km do centro de Harare, seguindo-se pela estrada de Bulawayo. É um projeto periurbano multifacetado, avaliado em mais de Z\$ 2,4 bilhões (1). Quando o projeto estiver completo, terá mais de 50 áreas para agricultura intensiva e 86 lotes residenciais nas encostas montanhosas para residências de executivos. Possui um centro de lazer que inclui um hotel de luxo e um cassino, um centro empresarial com praças de alimentação e lojas, e uma Zona de Processamento de Exportações integrada, entre outros atrativos.

Figura 1. localização das áreas de cultivo, residenciais e comerciais no Condado do Lago Kintyre

Existe uma grande demanda por lotes na periferia de Harare para as elites urbanas, e o projeto KLC está atendendo esse mercado. O propósito do projeto é fornecer terra e outras oportunidades de desenvolvimento para quem tem alta faixa de renda. O projeto foi concebido como um estímulo do Governo do Zimbábue para intensificar o esforço de exportações e facilitar o crescimento econômico. **Os lotes são arrendados a longo prazo.**

Embora o projeto esteja em sua infância, ele gerou substancial interesse nos investidores locais, regionais e internacionais. Os investidores vêem o projeto como uma oportunidade para enriquecer suas carteiras de investimentos. Muitos investidores institucionais e do setor privado apoiaram o desenvolvimento da infraestrutura do projeto. A construção das propriedades residenciais e comerciais será financiada pelas poupanças e prestações recolhidas pelas empresas construtoras. O projeto KLC é uma iniciativa econômica que prioriza, desde o primeiro momento, a implantação de empresas dedicadas à agricultura. São 50 lotes, com no mínimo 10 hectares cada. Todos os lotes poderão ser explorados por atividades agrícolas, principalmente ligadas à horticultura e à floricultura intensivas, incluindo o uso de estufas quando necessário. Como o local ganhará do governo o *status* de "zona de processamento de exportações", as pequenas empresas agrícolas terão facilidades e incentivos para a

exportarem seus produtos.

O impacto desse projeto está se dando nos níveis local (na cidade) e regional. Quando totalmente implantado, o projeto irá aumentar a segurança alimentar dos bairros e dos núcleos urbanos mais próximos; gerar emprego e renda; e reforçar o orçamento governamental por meio das taxas arrecadadas. O componente agrícola do projeto deverá criar emprego para milhares de zimbabeanos na produção, comercialização e processamento dos produtos agrícolas. A zona de processamento de exportações irá beneficiar a economia zimbabeana ao aumentar o ingresso de dólares e euros pelas vendas de flores. O Zimbábue é o segundo maior produtor/exportador de flores da África, depois do Quênia. Os proprietários dos lotes deverão ser os beneficiários diretos, pela renda realizada com a produção. Prevê-se que a ZPE faturará *Zimbábue US\$50 million* em moedas estrangeiras anualmente, com as exportações.

O Projeto Musikavanhu

Os moradores de Budiriro, um subúrbio de baixa renda de Harare, iniciaram o Projeto Musikavanhu em 1999 com o objetivo de melhorar o padrão de vida dos habitantes mais pobres por meio da agricultura urbana. O projeto foi uma resposta direta a um convite das autoridades municipais aos agricultores urbanos para que se organizassem de modo que o Conselho Municipal de Harare pudesse se envolver com as questões relacionadas com essa atividade. Alguns dos objetivos do projeto são pressionar para obter áreas para plantio, mobilizar outros recursos e insumos, e facilitar o intercâmbio e o trabalho em rede com os principais interessados de modo a melhorar a segurança alimentar, a renda e a auto-suficiência de seus membros.

Durante sua formação, o projeto se engajou em um exercício de mobilização dos possíveis membros e identificação das áreas utilizáveis. Ao prometer aos agricultores urbanos que já estavam cultivando em áreas abertas que eles manteriam o uso de seus lotes caso se juntassem ao projeto, e que iriam se beneficiar da ampla rede de apoiadores, incluindo o governo, foi possível atrair os agricultores dos subúrbios escolhidos como alvo. As atividades do projeto se espalharam para outros subúrbios de baixa renda de Harare, para incluir Glen Norah, Tafara, Mabvuku, Mufakose e Kuwadzana. O grupo informa ter hoje 20 mil membros só em Harare. O projeto apóia tanto os cultivos "no lote", como "fora do lote", e se especializou na produção de alimentos de alto consumo e fácil comercialização, usando métodos manuais e mecanizados. Também existem planos para replicar o projeto em outras cidades do país.

Os membros do projeto estão organizados em grupos formados por 30 famílias chamados de "fases", que são acompanhados por comissões cujos líderes são membros do Conselho Executivo do projeto. Insumos gratuitos com propósitos demonstrativos são mobilizados junto a doadores e pessoas de boa-vontade e fornecidos a todos os grupos. Cada grupo tem um lote demonstrativo, e, no total, o projeto tem cerca de 5 hectares de lotes demonstrativos espalhados pela cidade. Os

membros do projeto estão recebendo serviços de extensão agrícola do Departamento de Serviços Técnicos de Extensão em Agricultura, da Companhia de Sementes (SEEDCO), e das empresas Agricura e Monsanto. Cada residência tem um lote destinado ao cultivo de hortaliças durante a época sem chuvas e à produção de milho na época chuvosa. Durante a temporada de plantio 2001/2002 os membros da cooperativa se beneficiaram individualmente do esquema de crédito patrocinado pelo governo para a compra de insumos.

O projeto ainda não encontrou grandes investidores. Atualmente, ele gera seus recursos da cobrança de uma taxa paga pelos membros. Cada membro paga uma taxa inicial de Z\$ 300 (1) e, a partir de então, uma subscrição anual de Z\$ 150. Entretanto muitos membros não pagam em dia, em consequência das dificuldades econômicas que enfrentam. Muitos membros pararam de pagar depois de terem recebido os seus lotes. Apenas cerca de 20% dos membros pagam suas subscrições todos os anos. Essa situação tem sido tolerada por que a maioria dos membros é formada por desempregados.

A liderança do projeto abordou várias organizações em busca de apoio financeiro e material. O único banco rural do Zimbábue, o Agribank, foi consultado sobre a possibilidade de prestar assistência financeira em março de 2001, mas até hoje não respondeu. Muitos possíveis patrocinadores ainda ficam relutantes em apoiar o projeto por ainda verem a agricultura urbana como uma prática ilegal e não como uma alternativa válida de uso do solo urbano. Os fornecedores de insumos dão assistência aos produtores como uma estratégia de comercialização. Recentemente a empresa Environment Africa and Nico Orgo, uma fábrica de adubos orgânicos, comprometeu-se a apoiar o projeto.

O projeto Musikavanhu cobre várias áreas temáticas, incluindo a redução da pobreza, os serviços sociais e o manejo ambiental. O projeto foi inicialmente dominado pelas mulheres já que os homens achavam que a agricultura urbana não era uma atividade lucrativa o bastante para eles. Entretanto, com os resultados demonstrados e a percepção de que os empregos formais estavam cada vez mais difíceis, alguns homens já se uniram ao projeto. A participação efetiva das mulheres é limitada por seus outros afazeres domésticos, e embora a maioria dos membros do projeto Musikavanhu seja formada por mulheres, são os homens que exercem a maior parte das funções de liderança.

O projeto foi bem sucedido em demonstrar que é possível a prática organizada e sustentável da agricultura urbana com o apoio das autoridades locais. Os beneficiários do projeto são os moradores pobres da cidade e os desempregados. Existem aproximadamente 20 mil pessoas que se beneficiam diretamente, como membros, com a geração de renda e a produção de alimentos. O tamanho médio das famílias no Zimbábue é de seis pessoas, significando que existem mais de 100 mil pessoas se beneficiando indiretamente dessas atividades. Entre os membros, a renda das famílias aumenta e a segurança alimentar se fortalece.

Os impactos do projeto são vários. Os objetivos de aumentar a segurança alimentar e a renda, melhorar a nutrição e gerar emprego para os pobres urbanos estão sendo alcançados lenta mas seguramente. Os interessados em agricultura urbana têm sido conscientizados sobre a importância dessa atividade na redução da pobreza. Isso levou as empresas fornecedoras de insumos, o governo, a AGRITEX, o Departamento de Recursos Naturais, o Conselho Municipal e a polícia a considerarem a agricultura urbana como uma maneira alternativa legítima de usar os espaços urbanos ociosos. As mulheres também foram fortalecidas como produtoras e geradoras de rendimentos e agora podem tomar decisões sobre seus recursos e colaborar para a renda da família.

O trabalho do Projeto Musikavanhu foi muito dinamizado pelas difíceis condições econômicas vividas pela população do país. Os maciços cortes de investimentos significaram que mais pessoas perderam seus empregos e tiveram que se engajar em sistemas produtivos alternativos, especialmente no setor informal. O projeto ofereceu-lhes esperança ao dar a eles oportunidade para produzir seus próprios alimentos e reduzir as despesas domésticas com esse item.

Conclusões

O estudo do caso do KLC indica que a agricultura urbana intensiva e de alto valor praticada em áreas maiores localizadas na periferia de Harare pode atrair financiamento suficiente para sua implantação e crescimento, principalmente oriundo de recursos privados e de instituições que usualmente financiam os agronegócios. O posse legalizada pelo arrendamento (ou *leasing* de longo prazo), o potencial de altos retornos, e a tradição acumulada no financiamento desse tipo de projeto são fundamentais para aumentar a disponibilidade de serviços de apoio financeiro. Os Investidores vêem o projeto como de baixo risco e estão dispostos a investir muito dinheiro. O projeto tem até a aprovação do governo, como mostra uma autorização específica para as atividades agrícolas previstas no KLC, emitida pelo Ministério do Governo Local e Habitação Nacional.

Diferentemente do projeto KLC, a contribuição do projeto Musikavanhu para a economia local ainda é ignorada. O fato de a cidade de Harare ainda não ter revisto suas normas para fazer tornar a agricultura urbana um uso de solo previsto legalmente, não incentiva ninguém - especialmente os atores institucionais - a investirem nela, pois percebe-se o alto risco envolvido. Entretanto, o projeto conseguiu atrair muitos participantes e um crescente apoio de algumas instituições.

Tradicionalmente, são as economias domésticas que financiam as iniciativas de agricultura urbana "no lote" no Zimbábue. Em lotes maiores, onde recursos externos são necessários, as redes informais são bastante úteis. No caso dos subúrbios densamente povoados, a disponibilidade de áreas domésticas onde se plantar é muito limitada, reduzindo também a necessidade de investimentos significativos. É nos espaços abertos que a agricultura urbana capaz de beneficiar os mais pobres exige maiores investimentos. A principal pergunta que precisa ser respondida é como a

agricultura urbana em áreas abertas pode ser apoiada e financiada de modo a beneficiar os moradores urbanos mais pobres.

Existe a necessidade de um maior número de instituições locais fornecendo serviços de apoio, inclusive mecanismos de financiamento para os cultivos em áreas abertas, na agricultura urbana do Zimbábue.

Nota

1. O câmbio oficial do dólar do Zimbábue frente ao dólar norte-americano é de 1:55. Entretanto, no efervescente mercado paralelo zimbabeano, a taxa é de 1:550.

[Sumario Revista No.7](#)